

Sarney condena o "assembleísmo"

Assim ele define as propostas parlamentaristas. Nenhuma o agrada

"Li todas as propostas de parlamentarismo e não gostei de nenhuma", desabafou ontem o presidente José Sarney para o 1º vice-líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, em conversa no início da noite no Palácio do Planalto. Para o presidente Sarney, as emendas ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Comissão de Sistematização, estabelecem o "assembleísmo" e não o parlamentarismo puro.

Os 12 projetos, no entender de Sarney, não estabelecem o voto distrital e a dissolução da Câmara, mas visa apenas o fortalecimento puro e simples do Poder Legislativo. Sarney não fez comentário especial sobre nenhum projeto, preferindo criticar todos, e reafirmar a sua posição pelo presidencialismo moderno com um parlamento forte, como vem propondo desde 18 de maio passado, quando falou numa rede de emissoras de rádio e televisão.

Apesar de colocar os ministros e os parlamentares favoráveis ao presidencialismo para negociarem com os constituintes que defendem o parlamentarismo, o presidente Sarney revelou ao deputado que não acredita mais no consenso. A matéria será decidida pelo voto, como o deputado fez questão de frisar, e não acredita que o sistema seja submetido a plebiscito.

Para o deputado, Sarney não está pessimista, mas sim "realista", porque fez uma análise do quadro mostrando seu posicionamento. O Presidente revelou a sua tristeza com os políticos que considera amigos e defendem o parlamentarismo. Mas ele disse também que as portas do Governo estão abertas à negociação. Inocêncio tranquilizou Sarney informando que o atual sistema do governo vai ser mantido, apesar do grande número de pessoas que é contra.

SEM OBSTACULOS

"Não serei empecilho à negociação, desde que se

encontre uma fórmula consensual que preserve a governabilidade e o futuro". A frase, do presidente José Sarney, foi transmitida, ontem, através do porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Neto.

Não significa, entretanto, segundo um importante ministro do Governo, que o Presidente tenha alterado sua posição a favor do presidencialismo. "O presidente Sarney vai continuar lutando pelo presidencialismo que, como governante, entende ser a melhor solução para o País", disse o ministro, acrescentando que "o que ele quer dizer com esta frase é que, se for encontrada uma fórmula de entendimento ele não será obstáculo".

Segundo explicações desse mesmo ministro, o fato de o Presidente aceitar conversar em torno de uma proposta parlamentarista, e até admiti-la, se este for o desejo da maioria dos constituintes, significa que, com esta posição, ele pretende "evitar que venha a ser responsabilizado, no futuro por um sistema de governo que, se implantado, instale o caos no País com consequências imprevisíveis. E neste caso, a responsabilidade exclusiva caberá aos constituintes".

A fonte assegurou que existe hoje no Governo a convicção de que no atual estágio de desenvolvimento, e considerando a estrutura política vigente, se o parlamentarismo vier a ser aprovado será derrubado logo após a eleição do futuro Presidente da República.

Para que o parlamentarismo fosse viável, as eleições teriam que ocorrer pelo processo indireto, no caso da Presidência da República, segundo o ministro. "E acho que seria muito perigoso castrar a expectativa popular de eleger pelo voto direto o chefe da Nação, após 20 anos de luta", observou a fonte. E para reforçar esta premissa, indagou:

"— O povo aceitaria eleger um presidente para que o poder fosse exercido por um primeiro-ministro, eleito por um colegiado com um décimo dos votos?"

EUGENIO NOVAES



Cabral apresentou nova fórmula para o sistema de governo que agradou muito a Euclides Scalco

Mais uma fórmula na busca de um consenso

O parlamentarismo gradual a ser implantado em três anos, divididos em duas etapas de um ano e meio, com um mandato de 6 anos para o presidente José Sarney. Na primeira fase de um ano e meio, o novo sistema começaria a ser implementado com o primeiro-ministro nomeado ou exonerado por escolha pessoal do presidente Sarney e na segunda fase do período ficaria sujeito apenas à moção de censura aprovada pela Câmara. Esta foi a última fórmula anunciada ontem pelo relator da Constituinte Bernardo Cabral (PMDB/AM) para ser negociada com o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, como interlocutor do presidente José Sarney. "Estamos fazendo todos os esforços para que a conciliação se faça através do gradualismo", revelou Cabral.

Esta proposta, segundo o relator, surgiu de um trabalho muito grande desenvolvido pelos parlamentaristas Cid Carvalho, José Fogaça, Egídio Ferreira Lima, Afonso Arinos, Nelson Carneiro e José Richa, e é uma alternativa para a superação do impasse sobre sistema de governo. "Eu não sei se o Presidente vai aceitar, nós estamos propondo isso e espero que o Palácio do Planalto possa chegar, como nós desejamos, a um consenso final". Nesta proposta, Cabral confirmou que na segunda etapa de um ano e meio o presidente Sarney seria apenas o chefe do Estado mas continuaria implementando o sistema parlamentarista e no final do

mandato faria a implantação definitiva.

— Nós queremos garantir já no texto da Constituição, o parlamentarismo e nas disposições transitórias esta fórmula de gradualismo — informou o relator.

A única dificuldade que Bernardo Cabral diz sentir como entrave a um acordo sobre o parlamentarismo é que o governo tem receio de que se implante um sistema parlamentar, que não se instale com segurança. "O presidente Sarney não quer ser acusado amanhã de ter feito a transformação do sistema deixando a seu sucessor uma instabilidade institucional".

APOIO

Segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, a nova fórmula — que aumenta os poderes do Presidente da República — já conta com cerca de 52 votos na Comissão de Sistematização e teria até recebido a contribuição informal do líder governista Carlos Sant'Anna.

Pela proposta dos parlamentaristas, o Presidente da República "é o responsável pelo Poder Executivo e sua autoridade será exercida pelo Conselho de Ministros". Na prática, isto significa que o Presidente tem a obrigação de "prover" o cargo de primeiro-ministro sempre que este ficar vago. Ele também terá poderes para, ouvido o Conselho da República, dissolver a Câmara nos casos especificados na Constituição e tomar a iniciativa de destituir o gabinete.

Scalco dá apoio ao gradualismo

A proposta de implantação gradual do parlamentarismo — rejeitada pelo líder Mário Covas — recebeu ontem o apoio formal do vice-líder do PMDB em exercício na Constituinte, deputado Euclides Scalco. Ele disse que está otimista com o rumo que as negociações estão tomando e afirmou que a dificuldade agora é encontrar uma solução consensual para regulamentar o gradualismo nas disposições transitórias da Constituição.

Segundo Scalco, as conversas em torno do gradualismo já vinham ocorrendo há alguns dias. E que acredita ser essa forma uma boa alternativa para transpor o impasse que a definição do novo sistema de governo a ser implantado provocou na Assembleia.

— O importante — disse Scalco — é que estas conversas surtam o efeito desejado por todos os que têm responsabilidades dentro da Constituinte: a superação deste momento de impasse que estamos vivendo agora.

Scalco gostou da reunião de ontem com Bernardo Cabral e já disse que hoje haverá outra.

A fórmula dos parlamentaristas não contém qualquer referência à duração do mandato de Sarney. Da mesma forma, não prevê a introdução do voto distrital, requisito que o Presidente da República considera indispensável ao regime parlamentar. Contudo, a proposta abre a possibilidade de instituição deste tipo de voto através da legislação ordinária, ao estabelecer que as eleições serão "majoritárias e proporcionais".

MAIORIA

Embora garantindo que os parlamentaristas já têm maioria (52 votos) para aprovar a emenda na Comissão de Sistematização, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, afirmou que as negociações com o Governo vão prosseguir até quarta ou quinta-feira. Na opinião dele, a aceitação do novo regime pelo presidente Sarney é "fundamental" porque evitará que ele passe a trabalhar para derrubá-lo no dia seguinte à promulgação da nova Carta.

Aos repórteres que tentavam minimizar a importância do acordo com Sarney, já que os parlamentaristas afirmam ter maioria na Constituinte, o senador paulista lembrou a "força do Executivo". Recordou, ainda, que a consolidação do sistema de gabinete ocorrerá justamente durante o mandato do atual Presidente e que sua contribuição é "importante".

Acordo é tema para ironia de Sant'Anna

Com ironia e a certeza de que isso é quase impossível, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, estabeleceu os pontos de partida capazes de levá-lo a examinar um acordo com os parlamentaristas: que eles encontrem um modelo capaz de atravessar todo o mandato do sucessor do presidente Sarney sem ameaças de crise e algo capaz de compatibilizar um Presidente eleito com 40 milhões ou mais de votos, com legitimidade do poder, sem transformá-lo numa figura decorativa.

Ele falou logo depois de receber em seu gabinete o senador José Richa, porta-voz do grupo parlamentarista que quer mudar o sistema de governo de maneira gradual. Segundo os dois, nada de conclusivo saiu do encontro. Apenas os parlamentaristas prometeram o modelo para hoje e, se o receber, o líder Carlos Sant'Anna vai examinar o assunto com o grupo moderado do PMDB.

Sant'Anna afirmou ontem que o presidente Sarney tem posição de estadista nessa questão de mudança de sistema, querendo apenas um modelo de governo viável e desenhado para permanecer após a posse de seu sucessor.

Sant'Anna, demonstrou

Chiarelli muda o voto na Comissão

O grupo de deputados e senadores da Frente Liberal que defende o parlamentarismo na Comissão de Sistematização, já começou a ter suas defecções. Dos 24 constituintes frentistas, apenas seis eram tidos como defensores do regime parlamentar de governo. Contudo, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), já avisou seus companheiros de partido que apoiará na Comissão de Sistematização o presidencialismo.

Explicou o líder, durante reunião no último domingo com o presidente do partido, senador Marco Maciel (PE), e outras importantes figuras do PFL, que continuará sustentando o parlamentarismo. Entretanto, entende que a vaga que ocupa na Comissão de Sistematização não lhe pertence individualmente, mas sim à Frente Liberal.

— Sou parlamentarista, mas na Comissão de Sistematização votarei pelo presidencialismo, uma vez que o cargo não é meu, mas do partido", ponderou o senador gaúcho.

Chiarelli argumentou que diferentemente da maioria dos outros constituintes, a defesa da tese parlamentarista não lhe era nova. Lembrou que em seu estado natal, a discussão sobre parlamentarismo é antiga, e há muito ele já havia se posicionado favoravelmente pelo regime de gabinete. O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), vem sendo instado a cobrar dos outros pefelistas parlamentaristas que têm vaga na Comissão de Sistematização, compromisso de voto pelo presidencialismo, ou a destituição do cargo.

Ulysses: "não falo" de Sarney

Não adiantou insistir. O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, virou de costas, fingiu que não ouviu e acabou soltando um sonoro "não falo sobre o assunto". O tema era a reticência do presidente José Sarney em não negociar o presidencialismo, conforme anunciara no domingo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Um dia antes, no sábado, o próprio deputado Ulysses Guimarães havia dito, ao sair de um encontro com o Presidente no Palácio da Alvorada, que Sarney estava disposto a aceitar uma fórmula parlamentarista, desde que ela viesse acompanhada do voto distrital e incluisse a possibilidade de dissolução da Câmara.

Indagado sobre sua posição pessoal, ele insistiu que "pessoalmente sou presidencialista, mas se uma ampla maioria caminhar para um sistema de governo com outras características, garantida a governabilidade do País, evidentemente formarei também esforços neste sentido". Ulysses Guimarães já havia revelado, na última sexta-feira, disposição em caminhar ao lado dos parlamentaristas, que formam maioria no PMDB.

LEONARDO MOTA

Pacto paulista

São Paulo — O governador Orestes Quércia e o ministro Aureliano Chaves tiveram ontem um encontro reservado em São Paulo onde a tônica foi a gravidade com que alguns problemas administrativos do País estão se manifestando, enquanto permanece um quadro de indefinições institucionais, com a Nação paralisada enquanto os constituintes debatem o sistema de governo e o mandato do Presidente da República.

Os dois políticos, ambos projetados por seus correligionários como candidatos naturais à Presidência da República, concluíram que é fundamental o fortalecimento da transição e de seus instrumentos renovadores, como a política econômica implantada pelo ministro Bresser Pereira, que de ambos os políticos mereceu compromisso de apoio em suas respectivas faixas.

Quércia e Aureliano pareceram remontar o espírito da Aliança Democrática quando discutiram um projeto comum para solucionar os problemas de queda das receitas das empresas estaduais de energia, como a paulista, Cesp, que embora seja das mais rentáveis sente-se hoje usurpada pela política tarifária autorizada pelo Governo Federal. O ministro das Minas e Energia, a propósito, acertou com o governador de São Paulo fórmulas para uma atuação comum, já tendo o presidente Sarney tomado conhecimento dessas propostas na conversa mantida com o Sr. Orestes Quércia na última sexta-feira, em Brasília. Esse plano de recuperação das empresas estaduais de energia terá como centro o Ministério da Fazenda, e interessará também aos demais governadores de estados fortes, como Paraná e Minas.

Por aí se está praticando um novo tipo de presidencialismo, antes que a Constituinte decida ou não pelo parlamentarismo. Quércia sabe que mesmo com a instituição do sistema parlamentarista, São Paulo e os demais estados manterão seu "status quo", e suas constituições não o terão que se adaptar à nova forma de governo. Todo o peso da decisão nacional poderá, então, se voltar para os estados. Isso mudará a relação de forças políticas no País e dará aos governadores como Quércia um peso específico maior que os que hoje têm.

TELEFONEMAS A ARINOS

O deputado Ulysses Guimarães tem uma ponte por onde faz trafegar recentes encantos pelo parlamentarismo: o ministro Renato Archer, no último sábado, após uma longa conversação com Ulysses, telefonou a Arinos e lhe transmitiu o encantamento.

O QUE COVAS ALTERA

O impedimento do senador Mário Covas já provocou uma pequena — não significativa — mudança de humores no Palácio dos Bandeirantes. A candidatura preferida do governador Orestes Quércia, a de seu secretário de Obras João Osvaldo Leiva, à Prefeitura de São Paulo, fica ao sorridente depois do recolhimento do líder aos hospitais. Mas o ministro Almir Pazzianotto corre por fora da alegria palaciana, e está tão empenhado em sua candidatura que procurará legenda no PTB caso o PMDB a negue.

VICE-LÍDERES QUEREM ROMPER

12 vice-líderes do PFL na Constituinte, reunidos na residência do deputado José Lourenço, clamaram para que os ministros do partido saiam do governo. Só assim, segundo eles, o PFL começará a existir.